


# **Uma defesa do Argumento da Terra gêmea Moral contra o Realismo Moral Naturalista**

## **A Defense of the Moral Twin Earth Argument against the Naturalistic Moral Realism**

 10.21680/1983-2109.2023v30n63ID33022

**Silvio Kavetski**

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul  
silviokavetski@hotmail.com

**Resumo:** O Argumento da Terra Gêmea Moral (ATGM) é o desafio semântico central para o Realismo Moral Naturalista (RMN). À fim de o evitar, os defensores do RMN têm articulado uma série de réplicas ao ATGM. Neste artigo, abordo algumas dessas réplicas e defendo a tese de que elas não refutam o ATGM. Considero duas propostas em específico: o *Argumento da Tradução*, de D. Copp, e o *Argumento do Fim da Investigação Moral*, de A. Viggiano. Apresento essas objeções, mostro em que sentido pretendem responder ao ATGM e argumento que cada uma delas é vulnerável a vários problemas. Concluo que os ataques de Copp e Viggiano ao ATGM devem ser recusados e que o desafio semântico ao RMN persiste.

**Palavras-chave:** Realismo Moral Naturalista; Argumento da Terra Gêmea Moral; Metaética; Semântica Moral.

**Abstract:** The Moral Twin Earth Argument (MTEA) is the central semantic challenge for Naturalistic Moral Realism (NMR). In order to avoid it, NMR's advocates have articulated a series of replies to the MTEA. In this paper, I address some of these replies and defend the thesis that they do not refute the MTEA. I consider two proposals in particular: the Translation Argument, by D. Copp, and The Argument from the End of Moral Inquiry, by A. Viggiano. I introduce these objections, show how they are supposed to be a response to the MTEA, and argue that each one is vulnerable to various problems. I conclude that Copp and Viggiano's attacks on the MTEA must be rejected and that the semantic challenge to the NMR remains.

**Keywords:** *Naturalistic Moral Realism; The Moral Twin Earth Argument; Metaethics; Moral Semantics.*

## Introdução<sup>1</sup>

Defensores do Realismo Moral Naturalista (RMN) argumentam que (i) há fatos e propriedades morais que são independentes de nossas mentes, (ii) que tais fatos e propriedades morais são *constituídos* ou *multiplamente realizados* por fatos e propriedades naturais, (iii) que as teorias morais substantivas rastreiam as propriedades naturais que constituem as propriedades morais e (iv) que as

---

<sup>1</sup> Gostaria de agradecer a um (a) parecerista anônimo (a) da revista *Princípios* pelas valiosas sugestões ao presente texto. Agradeço, também, aos membros do Seminário de Aprofundamento em Pesquisas Éticas (SAPE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) pela oportunidade de discutir várias das ideias desenvolvidas neste trabalho.

propriedades morais desempenham um papel explanatório relevante. Seus principais representantes compõem o que se convencionou chamar de *Realismo de Cornell*, constituído por Richard Boyd, David Brink e Nicholas Sturgeon. Esses filósofos são responsáveis por promover uma espécie de revitalização das versões naturalistas do Realismo Moral, uma vez que seus avanços nesta área, além de, argumentativamente, darem conta de uma série de objeções tradicionais<sup>2</sup>, evitam o clássico *Argumento da Questão Aberta* de G. E. Moore (1903).

No entanto, Terence Horgan e Mark Timmons (doravante H&T) (H&T, 1991, 1992a, 1992b) desenvolveram uma objeção ao RMN que ficou conhecida como *Argumento da Terra Gêmea Moral* (ATGM). Tal desafio, supostamente, é fatal ao RMN pois não apenas mostraria que tal teoria é falsa, mas geraria um *insight* positivo sugerindo que a abordagem metaética mais plausível é antirrealista<sup>3</sup>. O ATGM atraiu significativa atenção nas últimas décadas, de modo que os defensores do RMN desenvolveram várias estratégias de réplica e estão confiantes de que o desafio proposto por H&T não coloca sua teoria sob ameaça.

Neste trabalho, abordo algumas dessas réplicas defendendo a tese de que elas não refutam o ATGM. Considero duas propostas em específico: o que chamo de

---

<sup>2</sup> Para ver como os Realistas de Cornell respondem às objeções clássicas ao Naturalismo Moral, veja o artigo seminal de Richard Boyd (BOYD, 1988).

<sup>3</sup> De uma maneira geral, é possível encarar o *insight* positivo do ATGM como sendo antirrealista, apenas, isto é, podemos dizer que o ATGM, em si, não compromete seu defensor com nenhuma teoria antirrealista específica. Podemos chegar à conclusão de que uma forma de não-cognitivismo prescritivista (HARE, 1952) ou expressivismo quase-realista (BLACKBURN, 1984) é a correta. No entanto, H&T argumentam que a melhor teoria antirrealista é o que chamam de Cognitivismo Expressivista (2006).

*Argumento da Tradução*, de D. Copp (2000), e o *Argumento do Fim da Investigação Moral*, de A. Viggiano (2008). Apresento as duas réplicas, mostro em que sentido pretendem responder ao ATGM e argumento que cada uma delas é vulnerável a uma série de problemas. Ao final, concluo que os ataques de Copp e Viggiano ao ATGM devem ser recusados e que o desafio proposto por H&T ao RMN persiste. Sigo o seguinte plano. Na seção 1, forneço uma caracterização do RMN que servirá como alvo do ATGM. Na seção 2, apresento o ATGM de forma canônica e esclareço as principais estratégias de ataque a cada uma de suas premissas. Na seção 3, exponho a réplica de Copp ao ATGM e forneço três razões para que a rejeitemos. Na seção 4, descrevo o ataque de Viggiano ao ATGM, argumento porque implica em problemas e concluo com uma explicação para a plausibilidade da intuição gerada pelo ATGM.

## **1. Realismo Moral Naturalista**

É difícil fornecer uma definição suficientemente explanatória de ‘Realismo’ ou ‘Naturalismo Moral’ que faça jus às suas mais variadas formas. Por isso, a teoria metaética que gostaria de considerar aqui – e que será o alvo do argumento defendido no presente trabalho – é o tipo de Realismo Moral Naturalista (RMN) desenvolvido pelos *Realistas de Cornell*: Nicholas Sturgeon, Richard Boyd e David Brink. Embora esses filósofos deem ênfase a teses diferentes, há certa unidade no que eles defendem. Assim, é possível dizer que o RMN dos Realistas de Cornell envolve quatro teses principais<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Essa forma de organizar o conteúdo do RMN segue, quase que exclusivamente, a de M. Rubin (RUBIN, 2015). No entanto, Rubin inclui apenas três teses. Penso que a tese da *Explanatoriedade*, como esclareço abaixo, é característica fundamental do RMN e, portanto, não deve ser excluída. Neste sentido específico, minha abordagem difere da de Rubin.

- (1) *Realismo Moral*: (i) há fatos e propriedades morais e (ii) tais fatos e propriedades morais são independentes de nossas mentes<sup>5</sup>.

Os fatos e propriedades morais são independentes de nossas mentes no sentido de que os padrões morais que determinam esses fatos não são verdadeiros devido a convenções, deliberações ou crenças de agentes atuais ou hipotéticos (Cf. SHAFER-LANDAU, 2003, p. 15). O que determina que tal ação ou pessoa instancia tais e tais propriedades morais é a composição do mundo. Por conseguinte, juízos morais são crenças que descrevem a realidade e são verdadeiros ou falsos.

- (2) *Naturalismo Moral*: fatos e propriedades morais são *constituídos*, ou *multiplamente realizados*, por fatos e propriedades naturais.

É preciso esclarecer duas coisas relevantes aqui. Em primeiro lugar, é um problema fornecer uma definição suficientemente informativa sobre o que são propriedades naturais. Mas podemos nos contentar com a seguinte: propriedades naturais são aquelas propriedades estudadas pelas ciências naturais. Ao menos parte representativa dos metaeticistas está disposta a aceitar esse tipo de definição<sup>6</sup>. Em segundo lugar, é importante notar que a definição acima *não* afirma que fatos e propriedades morais são *idênticos* a

---

<sup>5</sup> Para mais detalhes sobre como os Realistas de Cornell articulam essas teses, veja BRINK, 1989, p. 17; BOYD, 1988, p. 182 e STURGEON, 1986, p. 116-117.

<sup>6</sup> Veja, por exemplo, MOORE, 1903, p. 92; STURGEON, 2003, p. 543; BRINK, 1989, p. 22; SCHAFER-LANDAU, 2005, p. 212-213 e TIMMONS, 1999, p. 12.

fatos e propriedades naturais. O tipo de Naturalismo Moral que reivindica relação de identidade analítica entre propriedades morais e naturais é, argumentativamente, vulnerável ao *Argumento da Questão Aberta* de G. E. Moore (1903)<sup>7</sup>. Por isso, os Realistas de Cornell sustentam que a relação entre propriedades morais e naturais é de *constituição* ou *realização múltipla*. A propriedade da *incorreção*, por exemplo, não é definida em termos de uma propriedade natural unitária, mas em termos de um conjunto de instâncias aberto e ilimitado (como *ferir alguém de forma cruel, não cumprir a promessa tal* etc)<sup>8</sup>.

- (3) *Definicionismo de Primeira Ordem*: teorias morais de primeira ordem fornecem definições para os termos morais e rastreiam as propriedades naturais que constituem as propriedades morais.

É função das teorias morais substantivas fornecer a extensão dos predicados morais, bem como determinar o conjunto/agregado (*cluster*) de propriedades naturais que constitui as propriedades morais. Por exemplo, se se assumir uma forma de consequencialismo segundo a qual a ação correta é aquela que *maximiza o agregado de felicidade*, então a extensão de ‘correto’ será constituída por todas aquelas

---

<sup>7</sup> Esse não é um ponto estritamente consensual na literatura. Os metaeticistas costumam concordar com o fato de que versões mais simplistas de Naturalismo Moral (tais como: ‘bom’ é ‘prazer’) são vulneráveis ao argumento de Moore. No entanto, as teorias naturalistas mais atuais, embora reivindiquem que a relação entre propriedades morais e propriedades naturais seja *analítica*, possuem boas respostas ao Argumento da Questão Aberta. Veja, por exemplo, o Funcionalismo Moral de F. Jackson (JACKSON, 1998).

<sup>8</sup> Para uma articulação detalhada dessa tese, veja BOYD, 1988, p. 199-217 e BRINK, 1989, p. 176ss.

instâncias em que ações que maximizam o agregado de felicidade são realizadas. Além disso, essas mesmas instâncias (naturais) realizam multiplamente a propriedade moral da *correção*<sup>9</sup>.

(4) *Explanatoriedade*: propriedades morais desempenham um papel não-eliminável na *melhor explicação* da experiência.

Por fim, os Realistas de Cornell recorrem ao modelo argumentativo de *inferência à melhor explicação* fazendo uso de analogias com exemplos das ciências naturais. Há vários tipos naturais – químicos ou biológicos – que não são obviamente redutíveis aos tipos naturais da física, mas, dado que desempenham um papel explanatório relevante, são considerados tipos naturais. Assim, a estratégia é argumentar que, embora as propriedades morais não tenham uma redução óbvia às propriedades naturais, dado que elas possuem *eficácia explanatória*, devem fazer parte da constituição do mundo natural. A ideia é que estamos justificados em postular uma entidade (fato, propriedade) desde que tal entidade seja requerida para a melhor explicação de algum fenômeno da realidade<sup>10</sup>.

O aspecto mais importante do RMN é o tipo de teoria metassemântica que seus defensores articulam, pois é a partir do diagnóstico sobre a referência dos predicados morais que são extraídos o conteúdo ontológico (sobre a natureza dos

---

<sup>9</sup> Novamente, confira BRINK, 1989, p. 177s; BOYD, 1988, p. 214 e STURGEON, 1985, p. 61 para detalhes sobre como as teorias morais de primeira ordem estabelecem a referência dos predicados morais e rastreiam as propriedades naturais que compõem as propriedades morais.

<sup>10</sup> Há uma discussão clássica entre Harman (HARMAN, 1977, 1986), Sturgeon (STURGEON, 1986a, 1986b, 1988) e Brink (BRINK, 1989) a respeito dessa estratégia.

fatos e propriedades morais) e epistêmico (sobre como conhecemos tais fatos e propriedades morais). R. Boyd (1988) desenvolveu o que se convencionou chamar de *Naturalismo Semântico Causal* (NSC) (Cf. H&T, 1992b, p. 159), a metassemântica mais sofisticadas do RMN. De acordo com o NSC, a extensão dos predicados morais é constituída por um conjunto de propriedades que, por um lado, são diferentes entre si e, por outro, suficientemente similares para serem agrupadas sob o mesmo *cluster* (BOYD, 1988, p. 322-325). Boyd denomina essas definições de *agregado de propriedades homeostáticas*. Numa das passagens mais citadas de seu artigo, ele resume em que consiste sua teoria da referência.

Grosso modo, e para casos não degenerados, um termo *t* refere um tipo (propriedade, relação, etc.) *k* quando há mecanismos causais cuja tendência é acarretar, através do tempo, que o que é predicado do termo *t* será aproximadamente verdadeiro de *k* [...] (BOYD, 1988, p. 321), [*Tradução nossa*].

H&T (H&T, 1992b, p. 158-160) reformularam a ideia de Boyd no que denominaram de *Tese da Regulação Causal*, que afirma o seguinte:

*Tese da Regulação Causal (TRC)*: para cada termo moral *t* (e. g., ‘bom’), há uma propriedade natural *N* tal que *N*, e somente *N*, regula causalmente o uso de *t* pelos humanos (H&T, 1992b, p. 159), [*Tradução nossa*].

Nesse sentido, um predicado tem uma extensão natural e é exatamente essa extensão – agrupada por mecanismos unificadores que estabelecem características suficientemente similares – que determina a quais instâncias particulares os falantes podem aplicar o predicado em questão. A extensão de tal predicado não possui um único referente, mas é *constituída*



ou *multiplamente realizada* por um conjunto aberto de particulares (BOYD, 1988, p. 323).

Assim, um predicado moral que denota a propriedade da *correção*, por exemplo, é multiplamente realizado por um conjunto de particulares naturais que constituem a sua extensão (*Naturalismo Moral*). O mecanismo unificador desses particulares que são rastreados como pertencentes à extensão de ‘correto’ é fornecido pelas melhores teorias morais substantivas (*Definicionismo de Primeira Ordem*). Dado que as propriedades morais são multiplamente realizadas por propriedades naturais, elas fazem parte da constituição do mundo externo e, portanto, são independentes das nossas crenças, disposições ou códigos morais (*Realismo Moral*). Além disso, tais propriedades desempenham um papel relevante na melhor explicação da realidade, uma vez que sua postulação é necessária para a explicação das crenças morais (*Explanatoriedade*).

## 2. O Argumento da Terra Gêmea Moral<sup>11</sup>

Para começar, assumamos que o conteúdo dos termos morais depende de *Condições Semânticas Formais* (CSF) e *Condições Semânticas Substanciais* (CSS) (Cf. RUBIN, 2014a, p. 296ss). As CSF de ‘correto’, por exemplo, são (H&T, 1992b, p. 164): (i) ‘correto’ é usado para *avaliar* ações, pessoas, grupos ou instituições; (ii) ‘correto’ é usado para discutir considerações a respeito do *bem-estar*; (iii) os falantes que usam o termo ‘correto’ estão *normalmente dispostos a agir de modo correspondente* aos seus juízos sobre correção ou incorreção; (iv) os falantes consideram os atos aos quais aplicam o termo ‘correto’ (ou ‘incorreto’) como sendo

---

<sup>11</sup> De agora em diante, o texto faz uso de ideias desenvolvidas em trabalho de Tese de Doutorado (KAVETSKI, 2022).

especialmente relevantes em decisões sobre *o que fazer*; (v) os falantes normalmente sentem *culpa* ou *vergonha* quando realizam uma ação a qual o termo ‘incorreto’ é aplicado<sup>12</sup>. Por outro lado, as CSS especificam que tipo de entidade pode ser extensão de um predicado moral como ‘correto’. No caso do RMN as CSS seriam o conteúdo da teoria moral de primeira ordem assumida como a melhor teoria disponível (por exemplo, uma forma de consequencialismo ou ética de virtudes).

H&T nos pedem para supor que, depois de ampla investigação moral, se chegou à conclusão de que uma teoria de primeira ordem consequencialista é a correta e que a propriedade *N* que regula causalmente o uso de ‘correto’ (‘correto-*t*’) é a propriedade de *maximizar o agregado de felicidade*. Podemos dizer que ‘correto-*t*’ está R-relacionado à propriedade *N*, sendo *N* *maximizar o agregado de felicidade*<sup>13</sup>. Agora, imagine que há uma Terra Gêmea Moral (TG) que é *quase* uma duplicação perfeita do nosso mundo (Terra (T)). T e TG são exatamente similares, exceto pelo fato de que a CSS que regula causalmente o uso dos termos morais é diferente. Suponha que os habitantes de TG, depois de refinada teorização moral, chegaram à conclusão de que a melhor teoria moral de primeira ordem é um tipo de deontologismo e a propriedade *N\** que regula causalmente o uso de ‘correto’ (‘correto-*tg*’) é a propriedade de *tratar os outros como fins em si mesmos*. As CSF de ‘correto-*t*’ e ‘correto-*tg*’, por outro lado, são similares.

Agora, considere o seguinte caso.

---

<sup>12</sup> Esta última condição não é de H&T propriamente, mas de Rubin (RUBIN, 2014a, p. 295).

<sup>13</sup> A expressão ‘R-relacionado’ para se referir ao tipo de relação entre o predicado morale e a propriedade natural rastreada pela teoria substantiva que aqui emprego foi usada por Rubin (RUBIN, 2014a, p. 287ss).

*O Cirurgião.* Depois de ter feito uma cirurgia nas costas do paciente *x*, o médico remove um dos rins de tal paciente. Este tem uma vida perfeitamente normal e nunca vem a saber da prática do cirurgião. Ao remover o rim, o médico implanta e salva a vida do paciente *y* que necessitava urgentemente de um transplante<sup>14</sup>.

Imagine que este caso fosse apresentado aos habitantes de T e TG e que os primeiros dissessem: (1) ‘A ação do cirurgião é correta-*t*’. Suponha que os habitantes de TG contestassem (1) afirmando: (2) ‘A ação do cirurgião não é correta-*tg*’. Aqui, com o objetivo de tornar o experimento mais vívido, podemos dizer que os habitantes de T consideram que a ação do médico maximiza o agregado de felicidade e, portanto, é correta, enquanto os habitantes de TG consideram que a ação do médico não trata o paciente como um fim em si mesmo e, portanto, não é correta<sup>15</sup>.

O ponto do experimento mental de H&T é o seguinte: habitantes de T e TG estão em um *desacordo moral genuíno*? Observe que se a metassêmica pressuposta pelo RMN for o diagnóstico verdadeiro a respeito do conteúdo dos termos morais, então os habitantes de T e de TG não podem estar em desacordo genuíno. Isso porque, dado que a propriedade natural causalmente reguladora do uso de ‘correto’ é diferente,

---

<sup>14</sup> Estou emprestando este exemplo de Rubin (RUBIN, 2014a, p. 289).

<sup>15</sup> Ressalto que esses detalhes sobre as teorias morais de primeira ordem (consequencialismo e deontologismo) e o caso sobre o cirurgião são meramente ilustrativos. Não é óbvio que um consequencialista ou um deontologista necessariamente teria o veredito moral que estou sugerindo no experimento. Irei discutir alguns problemas relacionados a esses detalhes adiante. Se se quiser ignorar essas complicações, basta supor que a propriedade causalmente reguladora dos termos morais em T é *N* e em TG é *N\** e que ambos apresentam visões contrastantes a respeito de um ato A; habitantes de T sustentando que ‘A é correto-*t*’ e habitantes de TG sustentando ‘A não é correto-*tg*’.

Terráqueos e Terráqueos Gêmeos não estariam predicando a mesma propriedade a respeito do ato em questão. Com (1) o habitante de T estaria dizendo algo como ‘a ação do cirurgião maximiza o agregado de felicidade’ ou ‘a ação do cirurgião é  $N$ ’ enquanto que, com (2), o habitante de TG estaria dizendo algo como ‘a ação do cirurgião não trata o paciente como um fim em si mesmo’ ou ‘a ação do cirurgião não é  $N^*$ ’. Em outras palavras, ambas as proposições poderiam ser verdadeiras ao mesmo tempo, pois num cenário em que a ação do cirurgião maximizaria o agregado de felicidade, a afirmação dos habitantes de T seria verdadeira enquanto num cenário em que a ação do cirurgião não tratasse o paciente como um fim em si mesmo a afirmação dos habitantes de TG seria verdadeira. Portanto, se o RMN é verdadeiro, então dever-se-ia ter a *intuição* de que *não* há desacordo algum entre habitantes de T e TG. No entanto, como afirmam H&T, a *intuição* amplamente compartilhada é de que *há* um desacordo moral genuíno aqui. Parece que a resposta mais apropriada é dizer que os habitantes das duas comunidades não estão apenas num *desacordo verbal* (ou trocando informação trivial e compatível), mas estão expressando um *desacordo moral substantivo* a respeito da prática do cirurgião. Se é assim, então temos evidência para rejeitar o RMN, já que tal teoria implica a não ocorrência do desacordo genuíno.

Podemos organizar o ATGM do seguinte modo:

P1. Se o RMN é verdadeiro, então ‘correto- $t$ ’ expressa um conteúdo semântico que é diferente do conteúdo semântico expresso por ‘correto- $tg$ ’.

P2. Se ‘correto- $t$ ’ expressa um conteúdo que é diferente do conteúdo expresso por ‘correto- $tg$ ’, então Terráqueos e Terráqueos Gêmeos não expressam um desacordo substantivo genuíno quando um diz ‘ $x$  é correto- $t$ ’ e o outro diz ‘ $x$  não é correto- $tg$ ’, em que ambos utilizam ‘ $x$ ’ para se referir à mesma ação.

P3. Terráqueos e Terráqueos Gêmeos, no entanto, expressam um desacordo substantivo genuíno quando um diz ‘x é correto-*t*’ e o outro diz ‘x não é correto-*tg*’, em que ambos utilizam ‘x’ para se referir à mesma ação. (*Intuição da Univocidade Semântica*).

C. Portanto, o RMN não é verdadeiro<sup>16</sup>.

Note que a conclusão do argumento é negativa: o RMN é falso. No entanto, o propósito de H&T é nos entregar algo positivo também. Isso supostamente seria o resultado da melhor explicação para a *Intuição da Univocidade Semântica* (IUS). Eles sustentam que o melhor candidato à explicação da IUS é alguma versão do Expressivismo Moral. De acordo com H&T, julgamos que T e TG estão engajados num desacordo moral genuíno porque, por mais que assumamos que ‘correto-*t*’ e ‘correto-*tg*’ tenham um *conteúdo descritivo* diferente (*N* e *N\**), o significado primário desses termos é *conativo* (isto é, eles servem para avaliar, expressar sentimentos de aprovação ou desaprovação, *i.e.*, atitudes não-cognitivas, sejam elas quais forem). Assim, concluem, além de o ATGM representar um desafio semântico contra a plausibilidade do RMN, temos boas razões para aceitar um tipo de teoria metaética tradicionalmente contrastante à abordagem desenvolvida pelos Realistas de Cornell.

Nas últimas décadas, os defensores do RMN têm desenvolvido várias estratégias de réplica ao ATGM. Basicamente, há três principais:

---

<sup>16</sup> Esta forma de organizar o argumento se baseia amplamente em Rubin (RUBIN, 2014a, p. 290).

(a) *Recusar P1: desenvolver teorias metassemânticas alternativas.*

H&T direcionaram o ATGM à metassemântica de Boyd por entenderem que esta era a teoria mais sofisticada disponível até então. Sendo assim, a estratégia de alguns defensores do RMN têm sido aceitar que o ATGM de fato refuta a teoria de Boyd, mas que isso não significa que o RMN é falso, pois há outras teorias disponíveis. Aqui, destacam-se os trabalhos de Brink (2001), Van Roojen (2006), Henning (2011) e McPherson & Dunaway (2016).

(b) *Recusar P2: rejeitar a tese de que desacordo genuíno requer identidade extensional.*

P2 do ATGM nos diz que habitantes de T e TG não expressam desacordo genuíno, pois seus predicados morais possuem conteúdo diferente. Vários metaeticistas têm questionado se desacordos morais genuínos requerem identidade conceitual dos termos morais argumentando que, mesmo que os predicados morais tenham conteúdo semântico diferente, ainda assim, é possível que os falantes entrem em disputas morais genuínas. Os três trabalhos que desenvolvem essa linha de réplica são D. Copp (2000), D. Merli (2002) e D. Plunkett e T. Sundell (2013).

(c) *Recusar P3: rejeitar a Intuição da Univocidade Semântica.*

P3 é o resultado da nossa intuição quando ponderamos sobre o cenário hipotético do ATGM. Na tentativa de recusar P3, alguns defensores do RMN argumentam que a intuição

não constitui evidência suficiente para se recusar o RMN. N. Levy (2011), A. Viggiano (2008) e J. Sonderholm (2012) apresentam as versões mais sofisticadas desse tipo de ataque<sup>17</sup>.

No que segue considerarei os ataques de D. Copp (2000) a P2 e de A. Viggiano (2008) a P3 do ATGM.

### 3. D. Copp e o Argumento da Tradução

Em *Milk, Honey, and the Good Life on Moral Twin Earth* (2000), D. Copp concede a verdade de P3 a H&T, isto é, ele aceita que a IUS é “robusta e amplamente compartilhada” (COPP, 2000, p. 119), mas acredita que o defensor do RMN não está em problemas, uma vez que pode fornecer uma explicação alternativa para P3 atacando o pressuposto de P2, a saber, a ideia de que dois falantes não discordam genuinamente se usam sentenças com conteúdo semântico diferente. Ele acredita que é possível fazer isso mostrando que, embora ‘correto-*t*’ e ‘correto-*tg*’ expressem propriedades diferentes e, portanto, tenham significado diferente no sentido “filosoficamente preferido”, há um sentido em que os dois predicados morais tem o “mesmo significado” (COPP, 2000, p. 122).

Assim, o ponto central da objeção de Copp, que chamarei de *Argumento da Tradução*, é que “os termos morais podem ser a melhor *tradução* para os termos morais gêmeos correspondentes” (COPP, 2000, p. 121). Isso supostamente

---

<sup>17</sup> Há quem argumente, também, que o ATGM ainda pode ser atacado de outro modo. Dado que o cenário hipotético desenvolvido por H&T tem inspiração no *Argumento da Terra Gêmea* de H. Putnam (PUTNAM, 1975), alguns filósofos pensam que o ATGM depende de estrita similaridade com o argumento de Putnam. Diante disso, sustentam que há vários pontos em que tais similaridades não são preservadas e, por isso, o ATGM falha. Para dois trabalhos que focam nessa estratégia, veja S. Laurence, E. Margolis & A. Dawson (LM&D, 1999) e H. Geirsson (GEIRSSON, 2014).

seria evidência para o fato de que ‘correto-*t*’ e ‘correto-*tg*’, tem “*significado* similar”, a despeito de referirem propriedades diferentes (COPP, 2000, p. 124). Copp acredita que essa comunalidade semântica seria suficiente para garantir que membros de T e TG obtivessem sucesso em discordar genuinamente.

As passagens em que o argumento se encontra são as seguintes.

Há convergência significativa entre as extensões dos termos morais e dos termos morais gêmeos correspondentes ... [porque] consequencialistas e deontologistas concordam em muitos casos sobre quais ações são ‘certas’ e ‘erradas’ (COPP, 2000, p. 121), [*Tradução nossa*].

[...] é preciso entender que a tradução é muito mais sobre tentar encontrar alguém que seja suficientemente parecido com você ... do que tentar encontrar o seu gêmeo idêntico. [...] Portanto, é possível que o termo ‘correto’ do português seja a melhor tradução, para o português, do termo ‘correto’ do português gêmeo, mesmo que, por estipulação, os termos expressem propriedades diferentes. Se isso for o caso, então mesmo que os termos morais e os termos morais gêmeos correspondentes expressem propriedades diferentes, e, portanto, tenham ‘significados’ diferentes no sentido filosoficamente preferido do termo, há também um sentido em que eles podem ter o mesmo ‘significado’ (COPP, 2000, p. 121-122), [*Tradução nossa*].

Primeiro, observe que o argumento consiste, basicamente, em dizer que as teorias de primeira ordem que captam a referência dos termos morais possuem convergência “significativa” e, além disso, chamar atenção para uma peculiaridade da tradução, isto é, que uma tradução não requer pares idênticos, mas suficientemente próximos. Disso, Copp conclui que, embora ‘correto-*t*’ e ‘correto-*tg*’ expressem propriedades diferentes, estes termos possuem ‘significado



similar'. Com isso, temos o que irei chamar de Tese Referência/Significado (TRS).

*Tese Referência/Significado (TRS): diferença na referência não implica diferença no significado.*

Em outras palavras, a TRS afirma que dois termos com o mesmo significado podem ter referências distintas.

No intuito de melhor identificar as premissas e conclusões do argumento de Copp, apresento-o na forma canônica.

P1: A referência de 'correto-*t*' é rastreada por uma teoria de primeira ordem consequencialista (a propriedade de *maximizar o agregado de felicidade*) e a referência de 'correto-*tg*' é rastreada por uma teoria de primeira ordem deontológica (a propriedade de *tratar os outros como fins em si mesmos*).

P2: A propriedade de maximizar o agregado de felicidade é diferente da propriedade de tratar os outros como fins em si mesmos.

C1: Logo, a referência de 'correto-*t*' e a referência de 'correto-*tg*' é diferente [P1, P2].

P3: Consequencialismo e deontologismo são significativamente convergentes.

C2: Se consequencialismo e deontologismo são as teorias de primeira ordem que rastreiam a referência de "correto-*t*" e "correto-*tg*" [P1], e são significativamente convergentes [P3], então as referências de "correto-*t*" e de "correto-*tg*" são significativamente convergentes.

P4. Uma tradução aceitável consiste em encontrar pares de termos que sejam similares ‘o suficiente’ (isto é, que tenham “significado similar”), e não pares de termos que sejam idênticos.

C3. Se a referência de ‘correto-*t*’ e de ‘correto-*tg*’ é significativamente convergente [C2], então tais termos são tradutíveis um pelo outro [P4].

C4. Se ‘correto-*t*’ e ‘correto-*tg*’ são traduzíveis um pelo outro [C3], então, embora expressem propriedades diferentes [P1, P2], tem “significado” similar [P4].

Observe que Copp não recusa a IUS. O que ele faz é fornecer um argumento na tentativa de mostrar que o RMN não é inconsistente com a IUS. Ele acredita que a TRS melhor explica a plausibilidade da IUS. Note, também, que Copp admite que ‘correto-*t*’ e ‘correto-*tg*’ não tem o mesmo significado no sentido “filosoficamente preferido” (ele não esclarece o que quer dizer com essa expressão), mas sustenta, a partir da suposta convergência e, portanto, tradutibilidade na extensão destes termos, que há um sentido em que ‘correto-*t*’ e ‘correto-*tg*’ têm o “mesmo significado”. Em nenhum momento fica claro qual é este outro sentido de “significado” que os predicados morais compartilham e isso pode ser uma desvantagem no argumento de Copp. Mas a sua ideia é que se essa noção de “mesmo significado” em termos de tradutibilidade é suficiente para acomodar a IUS, então o naturalista tem uma boa via de escape do ATGM<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Ao analisar o *Argumento da Tradução*, talvez a primeira coisa que soe estranha é a ocorrência de C1 e C2. C1 nos diz que a referência de ‘correto-*t*’ e a referência de ‘correto-*tg*’ é diferente. Adiciona-se uma premissa apenas e a conclusão seguinte, C2, nos diz que as referências de ‘correto-*t*’ e de ‘correto-*tg*’ são significativamente convergentes, isto é, *pelo menos em parte*, a referência não é diferente. Poder-se-ia pensar que há uma

A partir de agora, apresentarei três argumentos com o intuito de sugerir que a TRS não fornece uma defesa promissora do RMN contra o ATGM. Como veremos, (i) Copp não apresenta um contraexemplo a P2 do ATGM, (ii) sua explicação alternativa para a IUS não é a *melhor* explicação e (iii) sua abordagem compromete o defensor do RMN com um custo indesejado, o Relativismo Metaético. Consideremos cada um dos argumentos detalhadamente.

### 3.1. Argumento 1: ausência de contraexemplos a P2

O primeiro argumento que gostaria de expor é sobre como a não inconsistência entre C1 e C2 produz uma ambiguidade, como Copp se apropria dessa ambiguidade a seu favor e porque isso não constitui evidência contra P2 do ATGM. A ambiguidade gerada por essas duas premissas é que ‘correto-*t*’ e ‘correto-*tg*’ possuem referências diferentes (já que expressam propriedades diferentes), e, *em parte*, convergentes (já que essas propriedades, consequencialista e deontológica, convergem num grande número de instâncias). O que a TRS nos diz é que diferença na referência não implica em diferença do significado, o que, em outros termos, é o mesmo que dizer que dois termos podem ter o mesmo significado embora tenham referências diferentes. Assim, a TRS tem duas partes constitutivas centrais: (i) dois termos, digamos  $t_1$  e  $t_2$ , têm referências distintas e (ii)  $t_1$  e  $t_2$  tem significado similar (isso está explícito em C1 e C4). Mas, para sustentar essa segunda parte, Copp apela para a convergência da referência entre  $t_1$  e  $t_2$  (como está em P3 e C2). Ou seja, a estranheza aqui é que

---

contradição aqui. Mas isso seria um erro. Deve-se notar que aqui está em questão a referência de *tipos*, e não de nomes próprios, por exemplo. Portanto, a referência dos termos não é unívoca, como em ‘Aristóteles’, que refere a um único indivíduo. Assim, a extensão admite um conjunto de entidades que a compõem. E parte deste conjunto de entidades pode ser compartilhado por diferentes termos que expressam tipos.

Copp argumenta a favor da tese de que a diferença na referência não implica diferença no significado notando que as referências dos termos em questão *não* são diferentes, ou melhor, não são *tão* diferentes.

Isso sugere que, como está, a TRS é incompleta. O que permite Copp manter que  $t_1$  e  $t_2$  têm significado similar, é a convergência da referência entre  $t_1$  e  $t_2$ . Dizer que tais termos possuem referência convergente é dizer que a referência de tais termos, pelo menos em parte, *não* é diferente. Mas, ao final, a TRS ignora o ponto da convergência (que é fundamental para que a afirmação de “significado similar” faça sentido) e mantém que  $t_1$  e  $t_2$  têm referências distintas e significado similar.

Em outras palavras, o que estou tentando apontar é o seguinte: o que somos forçados a aceitar ao admitir C1 e C2 é que  $t_1$  e  $t_2$  têm referências diferentes e, em parte, convergentes; mas a TRS nos diz apenas que  $t_1$  e  $t_2$  têm referências diferentes, ignorando, em seu resultado final, a convergência. Mas não se pode ignorar a convergência, pois a segunda parte da TRS não se segue.

Observemos, agora, a consequência disso. O objetivo de Copp é mostrar que dois interlocutores podem expressar um desacordo genuíno, mesmo que eles usem sentenças com conteúdo semântico diferente. Isso é o que mostraria a falsidade de P2 do ATGM. Como vimos, o que confere plausibilidade a P2 do ATGM é o raciocínio de que dois interlocutores não podem expressar um desacordo genuíno se a extensão dos predicados por eles empregados for diferente. Neste sentido, se se quiser mostrar que P2 é falsa, então é necessário apresentar um caso que viole essa condição; isto é, um caso em que tenhamos dois indivíduos usando termos com extensões diferentes e, mesmo assim, expressando um desacordo genuíno. Mas será que Copp apresenta um caso desse tipo?

À primeira vista, pode parecer que sim, pois a TRS nos diz que podemos ter predicados com referência distinta e significado similar e essa comunalidade do significado seria suficiente para garantir que dois indivíduos discordam genuinamente. No entanto, Copp não apresenta um caso em que dois indivíduos estão usando termos com extensão diferente e estão em desacordo, violando, assim, P2 do ATGM. Quando analisamos cuidadosamente o que está envolvido na TRS, percebemos que a convergência da referência é um ingrediente essencial para que a comunalidade semântica se mantenha, como vimos acima. Portanto, o que Copp nos apresenta é um caso em que dois indivíduos estão usando termos com referências diferentes e, *em parte*, convergentes, e é esta parte convergente que garante a similaridade semântica. Em outras palavras, ele não nos dá um contraexemplo à P2, mas evidencia a indispensabilidade da univocidade semântica para a ocorrência de desacordos genuínos, reforçando, assim, o ponto de H&T. Portanto, podemos concluir que ele não mostrou a falsidade de P2 do ATGM.

### **3.2. Argumento 2: melhor explicação para a IUS**

O segundo argumento diz respeito a P3 do *Argumento da Tradução*. Como vimos, Copp sustenta que habitantes de T e TG discordam porque ‘correto-*t*’ e ‘correto-*tg*’ têm significado similar em virtude da convergência entre consequencialismo e deontologismo. Além disso, tal convergência constitui a sua hipótese explanatória para a IUS, pois, argumenta Copp, a IUS é amplamente compartilhada devido ao fato de que ‘correto-*t*’ e ‘correto-*tg*’ convergem significativamente. Sendo assim, P3 é a principal premissa do *Argumento da Tradução*. Aqui o problema para Copp é duplo. Em primeiro lugar, o ATGM não depende do que está contido em P3, como ele supõe. E em

segundo lugar, mesmo se dependesse, a sua hipótese explanatória não parece ser a *melhor* explicação para a IUS.

H&T recorrem ao consequencialismo e ao deontologismo para expressar a ideia de que os predicados morais de T e TG se referem a propriedades diferentes. No entanto, tal recurso é meramente ilustrativo. O ATGM funciona da mesma forma mesmo se supormos que as teorias de primeira ordem em questão são outras, ou mesmo que não identifiquemos nenhuma teoria de primeira ordem. Basta supormos que os termos morais usados pelos habitantes de T e TG expressam propriedades diferentes. A especificação das teorias serve apenas para preencher melhor os detalhes do ATGM e é, portanto, dispensável. Copp ainda poderia argumentar que P3 (do ATGM) também não depende exclusivamente da convergência entre consequencialismo e deontologismo, mas apenas do fato de que, seja qual forem as duas teorias de primeira ordem em questão, elas convergem. Embora esse tipo de resposta o livre do problema inicial, ainda assim, parece que sua hipótese não é a *melhor* explicação para a IUS.

Considere o que chamo de Condição do Sucesso Explanatório (CSE).

*Condição do Sucesso Explanatório (CSE):* A obtém sucesso em explicar a ocorrência do fenômeno B se a ausência de A torna a ocorrência de B improvável.

A CSE parece ser um princípio indispensável para decidirmos sobre o que conta como boa explicação. Essa condição certamente dependerá do contexto para determinarmos mais precisamente o que conta como “altamente improvável”. Por exemplo, imagine que o fenômeno a ser explicado é de que a grama está molhada e a minha hipótese explicativa é de que choveu. O fato de que choveu será uma boa explicação para o fato de que a grama

está molhada se a não ocorrência da chuva torna improvável o fato de que a grama esteja molhada. É claro que alguém poderia ter molhado a grama ou poderia ter caído neve e derretido, o que implicaria que a ausência da minha hipótese explanatória não tornaria improvável a ocorrência do fenômeno. Mas cabe ao contexto determinar essas características. Por exemplo, se soubéssemos que não neva em tal lugar e que ninguém esteve presente para molhar a grama, a hipótese de que choveu ganharia força. E se, tendo esses detalhes contextuais, o fenômeno da grama molhada for provável mesmo se supusermos a ausência da explicação de que choveu, então tal explicação não seria uma boa explicação.

Agora, considere a hipótese explanatória de Copp para a IUS. Ele diz que o que melhor explica a IUS é o fato de que os predicados morais usados pelos membros de T e de TG possuem referência convergente. Sendo assim, a convergência da referência obtém sucesso em explicar a IUS se a sua ausência (da convergência da referência) torna a ocorrência da IUS altamente improvável. Em outras palavras, se a ocorrência da IUS for altamente provável mesmo na ausência da convergência da referência, então essa hipótese explanatória não é uma boa explicação para a IUS. Penso que é possível construir casos em que a hipótese explanatória de Copp está ausente (e, portanto, não deveríamos ter a ocorrência da IUS ou, pelo menos, sua ocorrência deveria ser altamente improvável) e, mesmo assim, há a ocorrência da IUS. Se esses casos forem plausíveis, então teremos evidência para acreditar que a explicação de Copp não obtém sucesso.

Considere a seguinte variação do experimento mental de H&T. Novamente, vamos supor a existência de duas comunidades, Terra (T) e Terra Gêmea Moral Escravagista (TGME). Os habitantes de T acabaram adotando uma teoria de primeira ordem consequencialista C\*. A referência de 'correto-t' é determinada pela propriedade N, que é rastreada

por  $C^*$ , e entre o conjunto de ações que fazem parte da referência de ‘correto- $t$ ’ está o requerimento de que *não* é correto submeter pessoas ao trabalho forçado e não remunerado. Os habitantes de TGME acabaram adotando uma teoria moral de primeira ordem  $D^*$ . A referência de ‘correto-*tgme*’ é determinada pela propriedade  $N$ , que é captada por  $D^*$ , e entre o conjunto de ações que fazem parte da referência de ‘correto-*tgme*’ está o requerimento de que é correto submeter pessoas ao trabalho forçado e não remunerado. Agora, imagine que indivíduos das duas comunidades se encontram e os habitantes de T dizem ‘*não é correto- $t$  submeter pessoas ao trabalho forçado e não remunerado*’ enquanto os habitantes de TGME sustentam que ‘*é correto- $tgme$  submeter pessoas ao trabalho forçado e não remunerado*’.

Qual é a nossa intuição sobre este caso? Há desacordo moral genuíno? Assim como no experimento original do ATGM, parece plausível dizer que há desacordo entre membros de T e TGME. Para tornar isso mais explícito, basta imaginarmos uma acalorada discussão em 1850 entre um defensor da escravatura e um defensor da abolição. É contraintuitivo dizer que não havia um desacordo moral genuíno entre tais indivíduos.

Agora, note que não parece haver “convergência significativa” entre as teorias de primeira ordem adotadas em T e em TGME. Portanto, a hipótese explanatória reivindicada por Copp está ausente. Mas note, também, que a IUS está presente. Portanto, temos um caso em que a hipótese explanatória proposta por Copp está ausente e, mesmo assim, a ocorrência do fenômeno a ser explicado não é altamente improvável. Assim, pela CSE, temos que concluir que a explicação fornecida por Copp não é a *melhor* explicação.

Mas qual seria, então, a melhor explicação para a IUS? Endosso o *insight* positivo do ATGM: o que melhor explica a



intuição de que habitantes de T e TG discordam é o fato de que termos morais possuem um conteúdo conativo que é *primário*. Tal conteúdo é sempre mantido, embora os falantes possam variar amplamente sua compreensão sobre o que recai sobre termos como ‘bom’, ‘certo’ e ‘errado’<sup>19</sup>.

### 3.3 Argumento 3: um custo indesejado

Numa resposta ao artigo de Copp, H&T (2000) sugeriram que a adoção da TRS implica num alto custo para o RMN. Eles argumentam que, ao assumir a tese de que predicados morais podem ter referência distinta e significado similar, o naturalista acaba tendo que aceitar algum tipo de relativismo metaético, algo que sua posição realista definitivamente pretende evitar.

É difícil fornecer uma caracterização para o relativismo metaético que faça justiça a todos os seus defensores, mas a seguinte definição fornecida por C. Gowans<sup>20</sup> parece ser geral o bastante para captar o que a maioria entende por relativismo metaético.

*Relativismo Moral Metaético (RMM):* a verdade ou falsidade dos juízos morais, ou sua justificação, não é absoluta ou universal, mas é relativa às tradições, convicções ou práticas de um grupo de pessoas.

---

<sup>19</sup> Obviamente, isso requer desenvolvimentos. Por exemplo, que tipo de conteúdo conativo os termos morais possuem? Há diversas teorias não-cognitivistas que propõem respostas diferentes a essa questão. No entanto, não é o ponto aqui estabelecer qual temos mais razão para aceitar. Deve apenas ficar claro que estou assumindo que alguma abordagem não-cognitivistica melhor explica a IUS.

<sup>20</sup> Cf. GOWANS, C. Moral Relativism, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. EDWARD, N. Z. (Ed). URL: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2019/entries/moral-relativism>. Acesso em: 29/06/2023.

Verdade e justificação são os conceitos principais desta definição, embora a justificação nem sempre faça parte de uma teoria relativista. Sobre a verdade, o RMM implica que juízos morais podem ser verdadeiros em relação aos padrões normativos de uma sociedade, mas falsos em relação aos padrões normativos de outra. Isso significa que juízos morais como ‘O casamento entre pessoas do mesmo sexo é correto’ e ‘O casamento entre pessoas do mesmo sexo não é correto’ não são necessariamente inconsistentes, pois ambos podem ser verdadeiros ao mesmo tempo, desde que tenham padrões normativos referentes a contextos diferentes. A relativização da justificação é uma defesa ainda mais robusta do RMM. Significa que um juízo moral pode ser justificado em uma sociedade, mas não em outra, pois tais grupos podem diferir a respeito dos padrões de justificação. Em última instância, isso implica que não há base racional para resolver disputas morais (Cf, GOWANS, 2019).

O ponto a ser notado aqui é o seguinte. Os predicados morais compartilham um significado comum em certo sentido, pois trata-se de predicados reconhecidos como *morais*. No entanto, dada a relatividade da verdade e da justificação para os juízos morais, o relativista terá de aceitar que a referência dos predicados morais irá variar entre sociedades que têm padrões normativos distintos.

Agora, note que o RMN é inconsistente com o RMM. Na verdade, uma das principais motivações para se adotar qualquer tipo de realismo moral é a não necessidade de lidar com os custos do relativismo. Qualquer teoria naturalista aceita que propriedades morais são naturais. Assim, se um juízo moral é verdadeiro ou falso depende de se a entidade relevante em questão (ação) tem a propriedade natural em questão (correção, incorreção, bondade). Ou seja, a verdade

de um juízo moral independe do que determinado grupo supõe que é verdadeiro, mas depende de como o mundo é.

No entanto, como argumentam H&T, parece que a TRS implica justamente no tipo de visão que RMM tem sobre os predicados morais, isto é, que tais predicados, embora tenham um significado comum entre as sociedades (pois são parte da categoria mais geral *predicados morais*) possuem referência distinta. Desse modo, não parece que a TRS é uma boa via de escape para o defensor do RMN diante do ATGM, pois o compromete a aceitar um custo teórico significativo, qual seja, a plausibilidade do RMM.

Diante disso, acredito que temos boas evidências para concluir que o ataque de Copp ao ATGM não nos fornece razões suficientes para concluirmos que o RMN está livre de problemas. Como vimos, assumindo a TRS não temos nenhum caso de violação de P2 do ATGM, a hipótese explanatória de Copp para a IUS não parece ser a melhor explicação e, além disso, a aceitação da TRS implica num custo muito alto para o RMN.

#### **4. A. Viggiano e o Argumento do Fim da Investigação Moral**

Em *Ethical Naturalism and Moral Twin Earth* (2008), A. Viggiano argumenta que o conteúdo *real* das nossas intuições sobre ATGM é o de que não há desacordo genuíno entre membros de T e TG e que a IUS parece plausível apenas devido às nossas limitações epistêmicas. Ele sugere que a intuição do desacordo é enviesada pelo nosso estágio atual de investigação moral e supõe um cenário que visa eliminar tal dificuldade, o *Fim da Investigação Moral*. Aqui, as limitações epistêmicas seriam excluídas e poderíamos apreciar o experimento de forma pura e imparcial. Segundo Viggiano, nesta condição se tornaria claro porque não há desacordo

entre T e TG e porque a IUS é enganosa, resultado este que livraria o RMN de problemas.

No que segue, apresento detalhadamente o ataque de Viggiano ao ATGM e argumento que ele não obtém sucesso. Com base no trabalho de Rubin (2014a), sustento que seu *Argumento do Fim da Investigação Moral* é vulnerável a uma série de contraexemplos. Além disso, apresento a *Ideia da Latitude* com o intuito de justificar a plausibilidade dos contraexemplos, bem como a fim de mostrar porque a IUS é legítima.

Se a intuição de que os membros de T e TG estão em desacordo genuíno é enganosa, como sugere Viggiano, então por que é amplamente compartilhada entre os leitores do experimento? Viggiano tenta fornecer uma explicação para esse fenômeno. Eis a passagem chave:

Sugiro que a plausibilidade da afirmação de H&T de que as pessoas na Terra e na Terra Gêmea Moral discordam moralmente umas com as outras é devida a diferenças entre o presente e o estado imaginado das nossas investigações éticas. O estado das nossas investigações éticas imaginado no exemplo é bastante diferente do seu estado atual: em particular, ele permite excluir algo (abordagens deontológicas sobre a correção) que não podemos excluir atualmente. Mesmo que a teoria consequencialista referida no exemplo seja realmente a teoria que acabamos adotando no fim das nossas investigações normativas, ainda não chegamos a tal conclusão, de modo que o requerimento semântico híbrido não pode ainda se revelar num experimento de pensamento *à lá* Terra-Gêmea: nossas intuições presentes não excluem a hipótese de que a correção tem a ver com a conformidade a um conjunto de regras (VIGGIANO, 2008, p. 222-223), [*Tradução nossa*].

A ideia é a seguinte. Dado o estado atual da nossa investigação moral, a teoria consequencialista e a deontológica são ambas possibilidade epistêmica como teorias que rastreiam a propriedade natural *N R*-relacionada ao uso

dos termos morais. Mas a exigência feita pelo experimento de H&T é de que excluamos uma dessas teorias do nosso mundo (deontologismo) e imaginemos um cenário em que os dois mundos têm teorias *bem estabelecidas* (ou, para colocar em outros termos, um cenário em que os dois mundos têm CSS diferentes sobre o uso dos termos morais). O resultado é que, dado que não podemos excluir a CSS deontológica, tal como exigida pelo experimento, pois atualmente ela nos é epistemicamente plausível, acabamos por concluir que os termos morais podem estar R-relacionados tanto com a propriedade *N* consequencialista quanto com a propriedade *N* deontológica. Isso, supostamente explicaria a atratividade da univocidade semântica entre ‘correto-*t*’ e ‘correto-*tg*’.

A partir dessa parte explanatória, Viggiano sugere um modo de driblarmos essa dificuldade que, segundo ele, torna claro porque os habitantes de T e TG *não* tem um desacordo real e que, portanto, a IUS é apenas um artefato da nossa ignorância. Ele diz:

Suponha que as nossas investigações éticas tiveram sucesso e que, partindo das nossas conclusões éticas, obtivemos sucesso em especificá-las, de modo que obtemos uma teoria moral completa. Consideramos várias opções sobre a correção (incluindo, podemos supor, as abordagens deontológicas) e acabamos dizendo que as ações corretas são aquelas que maximizam o prazer das pessoas envolvidas. Podemos supor que esta teoria (tal como aquela sobre as características químicas da água) foi amplamente aceita e que até mesmo (novamente, tal como aquela sobre a água) se tornou parte do conhecimento padrão de pessoas educadas. O que diríamos, sob tais suposições, sobre as pessoas na TGM [Terra Gêmea Moral] cujas investigações éticas sobre ações corretas também obtiveram sucesso, mas cuja conclusão foi de que as ações corretas são aquelas que se conformam a um conjunto específico de regras? Penso que diríamos que seus juízos sobre ‘correto’ não expressam crenças sobre a correção de forma alguma: as pessoas na TGM falam sobre outra coisa (VIGGIANO, 2008, p. 222), [*Tradução nossa*].

Esse seria o cenário do *Fim da Investigação Moral*. Aqui não há teorias concorrentes sobre qual propriedade  $N$  está R-relacionada ao uso dos termos morais. A teoria de primeira ordem está definitivamente estabelecida. Por conseguinte, a CSS está estabelecida (*maximizar o agregado de felicidade em T e tratar os outros como fins em si mesmos em TG*). A ideia de Viggiano é que se chegássemos ao *Fim da Investigação Moral* e concluíssemos que é a teoria consequencialista que capta corretamente a propriedade natural  $N$ , então a teoria deontológica seria naturalmente excluída. Ou, se chegássemos à conclusão de que é a teoria deontológica que capta corretamente a propriedade natural  $N$ , então a teoria consequencialista seria excluída. Teríamos o seguinte: nossa intuição sobre o cenário estipulado por H&T não seria direcionada pela nossa condição atual de *ambiguidade epistêmica* sobre a teoria de primeira ordem correta e poderíamos dizer, seguramente, que não há um desacordo genuíno entre os habitantes das duas comunidades, pois ambos expressam coisas muito diferentes com seus predicados ‘correto- $t$ ’ e ‘correto- $tg$ ’. Portanto, a IUS, que sustenta que o significado dos termos morais dos membros de T e TG é similar, é enganosa, ou mera consequência da nossa ignorância epistêmica atual.

Podemos organizar o seu *Argumento do Fim da Investigação Moral* do seguinte modo:

P1. Há CSS dos termos morais que são correspondentes à teoria normativa de primeira ordem que se assume.

P2. No ATGM, as teorias normativas de primeira ordem são diferentes em T e TG.

C1. Portanto, no ATGM as CSS são diferentes para ‘correto- $t$ ’ e ‘correto- $tg$ ’.

P3. Num cenário epistemicamente avançado (*Fim da Investigação Moral*) em que se teria uma teoria de primeira ordem final, teria-se também uma CSS final correspondente.

P4. Se se teria uma CSS final, então qualquer predicado que não fosse R-relacionado à esta CSS final não seria um predicado *moral* genuíno.

C2. Dado que no ATGM as CSS finais seriam diferentes em T e TG, então os predicados morais de uma comunidade não são semanticamente equivalentes aos predicados morais de outra comunidade.

Em resumo, o ponto de Viggiano é que se assumirmos que a teoria final correta é o consequencialismo e a CSS correspondente é  $N$ , então qualquer predicado que não esteja R-relacionado a  $N$  não seria um predicado moral. Se assumirmos que a teoria final correta é o deontologismo e a CSS correspondente é  $N^*$ , então qualquer predicado que não esteja R-relacionado a  $N^*$  não seria um predicado moral. A IUS sugere que predicados R-relacionados a  $N$  e a  $N^*$  ambos são morais ou semanticamente equivalentes. Como a suposição do *Fim da Investigação Moral* alegadamente mostra, tais predicados não podem ser ambos morais e não são semanticamente equivalentes. Assim, devemos descartar a IUS. A conclusão mais geral desse argumento já deve estar clara. Se a IUS não é confiável e, portanto, não há univocidade semântica entre ‘correto- $t$ ’ e ‘correto- $tg$ ’, o defensor do RMN está livre de problemas uma vez que, como vimos, sua teoria semântica implica justamente a não ocorrência de desacordo genuíno entre membros de T e TG.

#### **4.1 Recusando o Argumento do Fim da Investigação Moral**

Como vimos, o ponto de Viggiano é que se uma teoria moral de primeira ordem for excluída, bem como a sua CSS

correspondente, então termos R-relacionados à propriedade rastreada por tal CSS não serão termos morais. Em primeiro lugar, já parece difícil aceitar um cenário em que se teria a teoria moral correta em definitivo. Mas, dado que é uma estipulação do seu argumento, concedamos isso a Viggiano. O que é mais difícil de aceitar, em segundo lugar, é que essas CSS regulam o uso dos termos morais de tal modo que, se descartássemos uma determinada teoria moral e, ainda assim, aplicássemos predicados morais de acordo com as CSS de tal teoria, não estaríamos falando sobre moralidade, mas sobre algo totalmente diferente. Parece que a ética requer uma noção mais lata sobre essas CSS. Caso contrário, teríamos que excluir uma série de discursos morais como sendo não morais e aceitar que muitas instâncias que consideramos como sendo desacordos morais na verdade não são porque uma das partes, ou as duas, simplesmente não está engajada com o discurso moral. É por essas razões que o ataque de Viggiano ao ATGM é vulnerável a contraexemplos que, acredito, mostram sua implausibilidade. Apresento alguns desses contraexemplos a seguir.

Que tipo de condições um contraexemplo ao *Argumento do Fim da Investigação Moral* deve cumprir? Podemos identificar pelo menos duas:

- (a) teoria moral de primeira ordem adotada pelos habitantes de TG (e a sua CSS correspondente) é uma teoria que a nossa *melhor* teorização moral excluiria e;
- (b) mesmo assim, teríamos a intuição de que há um desacordo moral genuíno entre nós e os habitantes de TG.

Como mostra Rubin (RUBIN, 2014a, p. 304s), é possível construir cenários deste tipo, o que implica que P4 do



*Argumento do Fim da Investigação Moral* é falsa. Considere uma versão do seguinte experimento, tal como proposto por Rubin (RUBIN, 2014a, p. 304):

*Terra Gêmea Moral Anti-Consequencialista (TGMAC)*: no fim de sua investigação moral, os habitantes de TGMAC acabaram adotando uma teoria de primeira ordem deontológica  $D^*$  radicalmente anti-consequencialista. O uso de ‘correto’ em TGMAC é R-relacionado com a propriedade  $N$  captada pela teoria  $D^*$  e entre o conjunto de ações proibidas pelo código de TGMAC está o requerimento de que é errado fornecer ajuda aos outros. O uso de ‘correto’ em T é R-relacionado com uma propriedade natural  $N$  captada por uma teoria de primeira ordem consequencialista  $C^*$  e entre o conjunto de ações proibidas pelo código de T está o requerimento de que *não* é errado fornecer ajuda aos outros. Os dois mundos convergem em relação às CSF.

Agora, suponha que os habitantes dos dois mundos se encontrassem e discutissem sobre o status moral de uma ação  $x$  que consiste em, sem sacrifício algum, salvar a vida de uma pessoa inocente. Os habitantes de TGMAC diriam ‘ $x$  não é correto- $tg$ ’ enquanto os habitantes de T diriam ‘ $x$  é correto- $t$ ’. Estariam eles expressando um desacordo moral genuíno?

Como responde Rubin, corretamente, “parece-me óbvio que as duas partes estão expressando um desacordo moral substantivo genuíno” (RUBIN, 2014a, p. 305). Nossa intuição é similar ao cenário original do ATGM. Se os habitantes das duas comunidades expressam desacordo genuíno, então o requisito (b) é cumprido. Acredito que o requisito (a) também é cumprido, pois note que Viggiano não poderia responder algo como: “mas o *Argumento do Fim da Investigação Moral* explica porque temos tal tipo de intuição, pois somos viesados pela situação atual em que há ambiguidade epistêmica sobre a teoria moral de primeira ordem correta e a situação exigida pelo experimento onde não há tal ambiguidade”. De fato, uma teoria moral tal como a adotada

em TGMAC é excluída do nosso menu de possíveis candidatas à teoria moral correta e isso, para citar o próprio Viggiano, “foi amplamente aceito e até mesmo se tornou parte do conhecimento padrão de pessoas educadas” (VIGGIANO, 2008, p. 222). Mesmo assim, não parece certo que não haveria desacordo moral genuíno com alguém que, por algum motivo, endossasse tal teoria. Portanto, o requisito (a) também é cumprido. Esse contraexemplo mostra que P4 é, no mínimo, problemática, pois a teoria de primeira ordem de TGMAC já foi excluída como nossa melhor teoria moral (portanto, sua CSS também), mas *não* nos parece que ‘correto-*t*’ e ‘correto-*tg*’ não possuem univocidade semântica ou que ‘correto-*tg*’ não seja um predicado moral.

Considere um segundo contraexemplo.

*Terra Gêmea Moral Escravagista (TGME)*: no fim de sua investigação moral, os habitantes de TGMES acabaram adotando uma teoria de primeira ordem  $D^*$ . O uso de ‘correto’ em TGMN é R-relacionado com a propriedade  $N$  captada pela teoria  $D^*$  e entre o conjunto de ações do código moral de TGME está o requerimento de que é correto submeter pessoas, contra a sua vontade, ao trabalho forçado e não remunerado. O uso de ‘correto’ em T é R-relacionado com uma propriedade natural  $N$  captada por uma teoria de primeira ordem  $C^*$  e entre o conjunto de ações do código moral de T está o requerimento de que *não* é correto submeter pessoas, contra a sua vontade, ao trabalho forçado e não remunerado. Os dois mundos convergem em relação às CSF.

Como no experimento anterior, parece óbvio que a teoria de primeira ordem de TGME seria definitivamente excluída do nosso menu de teorias morais corretas. Portanto, a condição (a) é cumprida. Além disso, parece correto dizer que numa discussão possível entre habitantes de TG e habitantes T sobre o status moral de uma ação em que um deles reivindicasse que  $x$  é correto e o outro que  $x$  não é

correto, haveria desacordo moral genuíno; não parece que membros de T estariam falando sobre moralidade e membros de TG estariam falando sobre algo completamente diferente. Portanto, a condição (b) também é cumprida.

Esses contraexemplos nos dão boas razões para recusarmos P4 do argumento de Viggiano. Nos dois casos temos uma teoria final (e uma CSS correspondente final) sobre o uso dos predicados morais e, mesmo assim, não parece correto dizer que os predicados R-relacionados com tais CSS não são predicados morais. Portanto, a conclusão de que ‘correto-*t*’ e ‘correto-*tg*’ não são semanticamente equivalentes e que, portanto, a IUS é enganosa não parece ser verdadeira.

Além disso, penso que tais contraexemplos sugerem algo a mais. Para que não tivéssemos a intuição de que há desacordo entre as duas comunidades (nos casos apresentados acima), as CSS teriam que regular o nosso uso dos termos morais num sentido estrito. Isto é, para termos a intuição de que não discordamos dos habitantes de TGME, por exemplo, nosso uso dos termos morais teria que ser constrangido pela CSS da teoria *C\**, e apenas pela CSS da teoria *C\**. Precisaria estar claro que qualquer outra CSS não seria uma CSS moral e que qualquer predicado R-relacionado a tal CSS não seria um predicado moral. Mas, como os contraexemplos mostram, nenhuma CSS constrange tão estritamente nosso uso dos termos morais como parece pensar Viggiano.

Diante disso, é relevante perguntar por que a intuição gerada pelo experimento mental de H&T é justificada e plausível. É fácil notar porque a alternativa de que T e TG não expressam um desacordo moral genuíno acaba sendo atrativa. Pode parecer que T e TG não discordam porque expressam proposições com conteúdo diferente. Na verdade, o cenário do *Fim da Investigação Moral* de Viggiano busca evidenciar justamente isso. Além disso, dado que os predicados morais

em T e TG rastreiam propriedades  $N$  diferentes e, aparentemente, seus membros aplicam predicados morais a diferentes estados de coisas, então os termos morais de T e TG parecem não rastrear os mesmos fatos e propriedades. A conclusão se apresenta clara: T e TG não estão falando sobre a mesma coisa; portanto, não discordam genuinamente.

Entretanto, como o *insight* desses experimentos nos ajuda a mostrar, na ética não se requer um acordo estrito sobre a extensão dos predicados morais como condição para a comunicação ou traduzibilidade de tais termos entre diferentes grupos ou comunidades. Quando se trata de termos morais, não é necessária a convergência rígida de atribuição de crenças a tais termos para que se possa reivindicar traduzibilidade ou desacordo entre os falantes. Fora do domínio da moralidade, se uma comunidade aplica um termo não moral  $x$  a um conjunto de instâncias  $a$ ,  $b$  e  $c$  e outra comunidade aplica o mesmo termo não moral  $x$  a um conjunto de instâncias  $d$ ,  $e$  e  $f$ , então parece muito plausível dizer que os termos não são traduzíveis e que eles estão a falar sobre coisas diferentes. Considere o termo ‘esquizofrenia’, por exemplo<sup>21</sup>. Se uma pessoa, grupo ou comunidade, ao usar tal termo, atribui a crença de que estar em estado de esquizofrenia consiste, entre outras coisas, em ‘ter um título de graduação acadêmica’, iremos dizer que tal pessoa não está disposta a aplicar ‘esquizofrenia’ ao conjunto de coisas que nós aplicamos ‘esquizofrenia’, já que o nosso uso de ‘esquizofrenia’ exclui a atribuição de crença de que ser esquizofrênico consiste, entre outras coisas, em ‘possuir um título de graduação acadêmica’. Portanto, nosso vocabulário, embora ortográfica e foneticamente similar, não é traduzível e, se dissermos respectivamente ‘ $x$  é esquizofrênico’ e ‘ $x$  não é esquizofrênico’ muito provavelmente não estaremos

---

<sup>21</sup> Este exemplo é de F. Tersman (TERSMAN, 2006, p. 110s).

expressando um desacordo genuíno, pois falamos sobre coisas bem diferentes.

Predicados morais, por outro lado, não requerem tal uniformidade de atribuição de crenças. F. Tersman (2006) denomina tal característica dos termos morais de *Ideia da Latitude*.

De acordo com a ideia da latitude, deveríamos exigir menos acordo e permitir mais erros e visões idiossincráticas no caso da ética comparada com outras áreas de investigação. Pois a ideia da latitude nos permite atribuir a uma pessoa uma convicção moral que não compartilhamos, mesmo na ausência de um *background* de acordo substancial e mesmo que esse veredito não possa ser excluído com referência a alguma falta cognitiva (especificável independentemente) (TERSMAN, 2006, p. 111s), [*Tradução nossa*].

Na ética é muito plausível dizer que, num nível superficial, não há simetria sobre a correta aplicação dos predicados morais. Se houvesse, não existiriam controvérsias morais. Pelo contrário, as pessoas discordam sobre questões morais o tempo todo. Além disso, podemos adentrar um nível mais profundo da moralidade em que as controvérsias são muito mais desconcertantes. O status moral da pena de morte, do aborto, do suicídio assistido, do melhoramento humano não é algo que suscita controvérsia apenas num nível ordinário. Filósofos do mais alto grau de especialidade nestes assuntos manifestam desacordos aparentemente irreconciliáveis. Mas isso é uma peculiaridade da ética, de acordo com a *Ideia da Latitude*. Note que não parece razoável dizer que os predicados morais usados pelas pessoas que manifestam diferentes atribuições de crenças morais não são traduzíveis ou que elas estão falando sobre coisas muito diferentes. Elas estão discutindo sobre moralidade. Neste sentido, é aceitável que habitantes de T e TG, seja nos dois casos variantes acima seja no experimento original de H&T,

expressam desacordo moral, mesmo que a extensão dos termos seja diferente<sup>22</sup>.

Na verdade, a explicação dos desacordos morais é um dos maiores apelos explanatórios da *Ideia da Latitude*, como sugere Tersman:

Uma característica da ideia da latitude é precisamente que ela também nos permite estar em desacordo moral genuíno com pessoas cujos vereditos morais divergentes não podem ser excluídos com referência a alguma deficiência cognitiva. Ou seja, a ideia da latitude nos permite traduzir o ‘moralmente correto’ ou ‘justo’ de outrem com o nosso, mesmo que nossas diferenças sobre como aplicar tais termos não possam ser atribuídas a tais deficiências (TERSMAN, 2006, p. 80), [Tradução nossa].

A *Ideia da Latitude* ajuda a explicar o fenômeno do desacordo porque podemos reconhecer como possuidores de crenças *morais* mesmo aqueles que têm posições muito diferentes de nós. Se levarmos muito a sério a ideia de que as CSS regulam estritamente o nosso uso dos termos morais, em muitos casos teríamos que aceitar que não temos desacordo moral onde parece claramente que temos (tal como nos casos variantes). Além disso, a *Ideia da Latitude* permite resolver

---

<sup>22</sup> Essa ideia de que os termos morais admitem certo grau de variação contextual ao mesmo tempo em que mantêm um significado comum foi classicamente explorada por R. M. Hare (1952). Hare apresentou um argumento baseado no seguinte experimento mental. Suponhamos duas comunidades hipotéticas cujo uso dos predicados morais é *descritivamente* divergente (isto é, os falantes das duas comunidades aplicam um termo moral como ‘bom’ a situações diferentes). Se os membros dessas comunidades se encontrassem e comesçassem a teorizar sobre problemas morais, eles seriam capazes de expressar desacordos morais? Hare argumenta que sim e que tal resultado revela que há um significado *primário* nos predicados morais que é invariável e intrínseco, o significado prescritivo. É importante notar que o experimento mental de Hare, bem como o argumento extraído, é precursor do ATGM.

desacordos morais mesmo onde não há um ponto de partida comum entre os agentes. A tolerância garantida permite que estejamos em desacordo moral genuíno mesmo onde não parece haver ponto de partida comum entre os debatedores (TERSMAN, 2006, p. 81). Assim, a *Ideia da Latitude* justifica porque é legítimo que tenhamos a intuição do desacordo nos casos T e TG, mesmo que os habitantes de cada comunidade tenham teorias morais diferentes (e CSS correspondentes distintas). E, para além disso, ela explica porque as CSS, embora necessárias para a regulação da aplicação de predicados morais, são mais latas na ética e não reguladoras estritas tal como pensa Viggiano.

Assim sendo, podemos dizer que o ataque de Viggiano ao ATGM, ao desafiar P3, não é suficientemente persuasivo para nos fazer recusar o argumento. Seu *Argumento do Fim da Investigação Moral* é vulnerável a contraexemplos que mostram a fraqueza de sua premissa principal. Ainda assim, mesmo que desconfiássemos da razoabilidade das nossas intuições sobre os cenários hipotéticos em questão, a *Ideia da Latitude* atribui legitimidade à IUS, seja em relação ao experimento de H&T seja aos casos variantes.

## **Conclusão**

Neste artigo, argumentei que as réplicas de D. Copp e A. Viggiano ao ATGM não obtêm sucesso e que, portanto, o desafio semântico proposto por H&T continua sendo uma ameaça para o RMN. Nas duas primeiras seções, apresentei brevemente as quatro teses principais que compõem o RMN dos Realistas de Cornell e a objeção de H&T a tal teoria. Na terceira seção, expus o ataque de Copp ao ATGM e desenvolvi três argumentos contra sua abordagem. Na quarta seção, apresentei e argumentei contra a réplica de Viggiano ao ATGM. Se obtive algum sucesso no decorrer desse percurso, então o

ATGM não é vulnerável a duas influentes objeções e, portanto, continuamos tendo razão para rejeitar o RMN.

## Referências

- BLACKBURN, Simon. *Spreading the Word*. Oxford: Oxford University Press, 1984.
- BOYD, R. “How to be a Moral Realist”. In: SAYRE-MCCORD, G. (ed) *Essays on Moral Realism*, Ithaca: Cornell University Press, 1988.
- BRINK, D. O. “Realism, Naturalism, and Moral Semantics”. *Social Philosophy and Policy*, 18, 2001, p. 154-176.
- BRINK, D. O. *Moral Realism and the Foundations of Ethics*, Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- COPP, D. “Milk, Honey, and the Good Life on Moral Twin Earth”. *Synthese*, 124, n. 1, 2000, p. 113-137.
- GEIRSSON, H. “Moral Twin Earth, Intuitions and Kind Terms”. *Croatian Journal of Philosophy*, Vol. 14, n. 40, 2014, p. 91-110.
- GOWANS, C. Moral Relativism, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. EDWARD, N. Z. (Ed). URL: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2019/entries/moral-relativism>. Acesso em: 29/06/2023.
- HARE. R. M. *The Language of Morals*, New York: Oxford University Press, 1952.
- HARMAN, G. “Moral explanations of natural facts: can moral claims be tested against moral reality?” *Southern Journal of Philosophy*, 24, 1986, p. 57-68.
- HARMAN, G. *The Nature of Morality*. New York: Oxford University Press, 1977
- HENNING, T. “Moral Realism and Two-Dimensional Semantics”. *Ethics*, 121, n. 4, 2011, p. 717-748.
- HORGAN, T. & TIMMONS, M. Cognitivist Expressivism. In: HORGAN, T. & TIMMONS, M. (eds.) *Metaethics after Moore*. New York: Oxford University Press, 2006, p. 255-298.



HORGAN, T. & TIMMONS, M. Copping Out On Moral Twin Earth. *Synthese* 124, p. 113-137, 2000.

HORGAN, T. e TIMMONS, M. “New Wave Moral Realism Meets Moral Twin Earth”. *Journal of Philosophical Research*, 16, 1991, p. 447-465.

HORGAN, T. e TIMMONS, M. “Troubles for New Wave Moral Semantics: The ‘Open Question Argument’ Revived”. *Philosophical Papers*, 21, 1992b, p. 153-175.

HORGAN, T. e TIMMONS, M. “Troubles on Moral Twin Earth: Moral Queerness Revived”. *Synthese*, 92, 1992a, p. 221-260.

JACKSON, Frank. *From Metaphysics to Ethics: A Defence of Conceptual Analysis*. Oxford: Clarendon Press, 1998.

KAVETSKI, S. *Naturalismo Ético e o Argumento da Terra Gêmea Moral* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Florianópolis, 2022.

LAURENCE, S., MARGOLIS, E. e DAWSON, A. “Moral Realism and Twin Earth”. *Facta Philosophica*, 1, 1999, p. 135-165.

LEVY, N. “Moore on Moral Twin Earth”. *Erkenntnis*, 75, 2011, p. 137-146.

MERLI, D. “Return to Moral Twin Earth”. *Canadian Journal of Philosophy*, 32, 2002, p. 207-240.

MOORE. G. E. *Principia Ethica*. (Revised Edition). Cambridge: Cambridge University Press, 1993

PLUNKETT, D & SUNDELL, T. “Disagreement and the Semantic of Normative and Evaluative Terms”. *Philosopher’s Imprint*, 13, n. 23, 2013, p. 1-37.

PUTNAM, H. “The Meaning of “Meaning””. In: PUTNAM, H. *Mind, Language and Reality*. New York, Cambridge University Press, 1975, p. 215-271.

RUBIN, M. “Biting the Bullet on Moral Twin Earth”. *Philosophical Papers*, 43, 2014a, p. 285- 309.

RUBIN, M. “Normatively Enriched Moral Meta-Semantics”. *Philosophy and Phenomenological Research*, 91, 2015, p. 386-410.

- RUBIN, M. “On Two Responses to Moral Twin Earth”. *Theoria*, 80, 2014b, p. 26-43.
- SHAFFER-LANDAU, R. *Moral Realism: A Defense*. Oxford: Clarendon Press, 2003.
- SONDERHOLM, J. “Unreliable Intuitions: A New Reply to the Moral Twin-Earth Argument”. *Theoria*, 79, 2013, p. 76-88.
- STURGEON, N. “What Difference Does It Make Whether Moral Realism is true?” *Southern Journal of Philosophy*, 24, 1986b, p. 115-141.
- STURGEON, N. “Moore on Ethical Naturalism”. *Ethics*, 113, 2003, p. 528-556.
- STURGEON, N. “Moral Explanations”. In: COPP, D e ZIMMERMAN, D. (eds.): *Morality, Reason and Truth*. Totowa: Rowman & Littlefield, 1986a, p. 49-78.
- TERSMAN, F. *Moral Disagreement*. Cambridge, Cambridge University Press, 2006.
- TIMMONS, M. *Morality without Foundations*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- VAN ROOJEN, M. “Knowing Enough to Disagree: A New Response to the Moral Twin Earth Argument”. In: SHAFFER-LANDAU, R. (Org.) *Oxford Studies in Metaethics*. Volume 1. Oxford: Clarendon Press, 2006, p. 162-193.
- VIGGIANO, A. “Ethical Naturalism and Moral Twin Earth”. *Ethical Theory and Moral Practice*, Vol. 11, n. 22, 2008, p. 213-224.

**(Submissão: 29/06/23. Aceite: 06/11/23)**